

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 1º de janeiro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas	3
Demonstrações financeiras consolidadas	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 1º de janeiro de 2020	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. José de Souza Campos, 507 –
5º andar Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-1036

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Superbac Biotechnology Solutions S.A.
Cotia – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Superbac Biotechnology Solutions S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 1º de janeiro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Superbac Biotechnology Solutions S.A. em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 1º de janeiro de 2020, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e não devem, portanto, ser utilizadas para quaisquer fins societários, incluindo distribuição de dividendos, nem para fins de ofertas local e/ou internacional.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

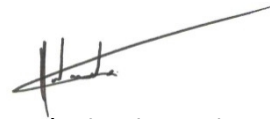
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 11 de maio de 2022



José Eduardo Moreira Rocha
CT CRC 1SP-329.826/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 1º de janeiro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO

				1º de janeiro de 2020
	Nota	2021	2020	
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.447	63.991	117.067
Contas a receber	6	125.153	115.598	109.150
Estoques	9	184.853	61.175	29.974
Impostos a recuperar	10	5.982	4.460	4.517
Outros ativos		3.963	4.401	5.057
Total do ativo circulante		376.398	249.625	265.765
Ativo não circulante				
Aplicações financeiras	5	17.265	6.393	-
Partes relacionadas	7	6.515	85.528	80.439
Impostos a recuperar	10	43.702	31.262	29.725
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	29.636	23.272	34.818
Outros ativos		259	702	-
Investimentos	8	-	-	4.190
Propriedades para investimento	11	81.963	77.567	1.063
Imobilizado	12	187.266	170.817	164.963
Intangível	13	7.308	7.418	8.751
Direito de uso	14	6.026	993	2.609
Total do ativo não circulante		379.940	403.952	326.558
Total do ativo		756.338	653.577	592.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 1º de janeiro de 2020

(Valores expressos de milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Passivo circulante				
Fornecedores	15	137.327	62.522	43.723
Empréstimos e financiamentos	16	243.183	132.905	166.086
Adiantamento de clientes	18	118.099	58.362	7.507
Instrumentos financeiros	27	2.499	1.197	114
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		17.978	5.256	5.595
Obrigações tributárias	17	5.832	4.110	4.250
Partes relacionadas	7	-	4.500	15.047
Passivo de arrendamento	19	3.236	1.170	1.303
Outras contas a pagar		16.857	1.068	2.697
Total do passivo circulante		545.011	271.090	246.322
Não circulante				
Passivo de arrendamento	19	2.790	-	1.360
Empréstimos e financiamentos	16	35.039	100.756	95.995
Partes relacionadas	7	114.082	-	4.500
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	1.787	2.662	2.724
Total do passivo não circulante		153.698	103.418	104.579
Patrimônio Líquido				
Capital social	21	352.118	352.117	352.117
Ações em tesouraria	21	(5.356)	(5.356)	(5.356)
Reserva de capital	21	(72.656)	93.662	93.662
Outros resultados abrangentes	21	(988)	-	-
Prejuízos acumulados	21	(215.489)	(178.752)	(212.263)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		57.629	261.671	228.160
Participação dos acionistas não controladores	21	-	17.398	13.262
Total do patrimônio líquido		57.629	279.069	241.422
Total do passivo e patrimônio líquido		756.338	653.577	592.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2021	2020
Receita	22	705.985	335.727
Custo dos produtos vendidos	23	(561.708)	(263.376)
Lucro bruto		144.277	72.351
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	23	(100.010)	(30.348)
Despesas gerais e administrativas	23	(69.166)	(28.161)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	24	7.112	37.646
		(162.064)	(20.863)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		(17.787)	51.488
Receitas financeiras		50.318	40.472
Despesas financeiras		(65.289)	(32.464)
Variação cambial		(8.235)	(8.862)
Resultado financeiro	25	(23.206)	(854)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(40.993)	50.634
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	26	(2.108)	(1.441)
Diferidos	26	6.364	(11.546)
Lucro (Prejuízo) do exercício		(36.737)	37.647
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		(35.435)	33.511
Acionistas não controladores		(1.302)	4.136
		(36.737)	37.647
Lucro (prejuízo) por ação básico em R\$	21.2	(0,42)	0,84
Lucro (prejuízo) por ação diluído em R\$	21.2	(0,73)	0,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos de milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(36.737)	37.647
Outros resultados abrangentes	<u>(988)</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(37.725)</u>	<u>37.647</u>
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	(36.423)	33.511
Acionistas não controladores	<u>(1.302)</u>	<u>4.136</u>
	<u>(37.725)</u>	<u>37.647</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos de milhares de reais - R\$)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital		Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total
			Ágio na emissão de ações	Reserva de Capital					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	352.117	(5.356)	93.662	-	-	(212.263)	228.160	13.262	241.422
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.511	33.511	4.136	37.647
Saldos em 31 de dezembro de 2020	352.117	(5.356)	93.662	-	-	(178.752)	261.671	17.398	279.069
Reserva de bônus	-	-	-	8.699	-	-	8.699	-	8.699
Aumento de capital social	1	-	-	-	-	-	1	-	1
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	(97.350)	-	-	(97.350)	-	(97.350)
Pagamento baseado em ações	-	-	-	22.049	-	-	22.049	-	22.049
Provisão de <i>earn-out</i>	-	-	-	(99.716)	-	-	(99.716)	-	(99.716)
Alienação de participação societária	-	-	-	-	-	-	(1.302)	(16.096)	(17.398)
<i>Hedge</i> de preço	-	-	-	-	(988)	-	(988)	-	(988)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(36.737)	(35.435)	(1.302)	(36.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>352.118</u>	<u>(5.356)</u>	<u>93.662</u>	<u>(166.318)</u>	<u>(988)</u>	<u>(215.489)</u>	<u>57.629</u>	<u>-</u>	<u>57.629</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos de milhares de reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(40.993)	50.634
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	23	12.942	11.470
Amortização de direito de uso (IFRS 16)	23	2.958	741
Baixa de ativos imobilizados	12	5.821	5.416
Baixa de ativos intangíveis	13	243	1.429
Provisão para perda de crédito esperada	23	(6.020)	(39.924)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	638	(62)
Rendimentos de aplicação financeira	25	(2.226)	(1.369)
Instrumentos financeiros - derivativos		1.302	1.083
Perda por clientes incobráveis	23	5.810	8.296
Juros incorridos em negociação com imóveis		-	(10.475)
Juros sobre passivo de arrendamento	25	258	62
Baixa de participação societária		-	(7.905)
Reversão de <i>earn-out</i>	23	(4.500)	(15.047)
Ajuste a valor presente		1.851	1.181
Provisão para comissões a pagar	23	35.449	15.404
Juros sobre empréstimos e financiamentos	25	27.020	19.103
Valor justo propriedade para investimento	11	(5.213)	(28.543)
Pagamento baseado em ações	23	22.049	-
		57.389	11.494
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes	6	(11.196)	(13.552)
Contas a receber de partes relacionadas	7	62.917	(5.089)
Estoques	9	(123.678)	(31.201)
Impostos a recuperar	10	(16.070)	(2.921)
Outros ativos		(6.293)	894
Redução (aumento) nos passivos:			
Fornecedores		74.805	18.799
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		12.722	(339)
Obrigações tributárias		1.722	(140)
Adiantamentos de clientes		59.737	50.855
Contas a pagar a partes relacionadas		(82.984)	-
Outros passivos		(16.767)	(20.847)
		(45.085)	(3.541)
Caixa gerado pelas operações		12.304	7.953
Juros sobre financiamentos pagos	16	(21.800)	(17.452)

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

Demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos de milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(9.496)	(9.499)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos imobilizados		(33.581)	(21.223)
Aquisição de intangível		(1.764)	(1.613)
Aquisições (alienações) de participação societária		(1.302)	12.095
Aplicações financeiras	5	(8.646)	(5.024)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(45.293)	(15.765)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		1	-
Reserva de bônus		8.699	-
Arrendamentos	19	(3.216)	(1.555)
Captação de empréstimos e financiamentos	16	133.855	158.952
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(92.094)	(185.209)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		47.245	(27.812)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(7.544)	(53.076)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		63.991	117.067
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>56.447</u>	<u>63.991</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas, 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 1º de Janeiro de 2020

(Valores expressos de milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A SuperBac Biotechnology Solutions S.A. (“Companhia” ou “SuperBac”) é uma sociedade por ações de capital fechado, fundada em 1995, com sede na Rua Santa Monica, 1025, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, Brasil, e, com suas controladas diretas e indiretas (“Consolidado”), tem como atividade principal a produção e comercialização de fertilizantes, bem como outros insumos no mercado biotecnológico, principalmente para o negócio agrícola no Brasil. As informações sobre os acionistas da Companhia estão divulgadas na Nota Explicativa nº 21.

A Companhia possui unidades de pesquisa e desenvolvimento para o processo produtivo dos segmentos de agricultura, saneamento, óleo e gás e bens de consumo.

A SuperBac opera no mercado brasileiro de biotecnologia com mais de 20 anos acumulados de experiência neste segmento e utiliza somente microrganismos de origem natural, não patogênicos, não oportunistas e não geneticamente modificados.

A Companhia é controlada pela Bio Genesis Participações S.A. (“Bio Genesis”).

A Companhia possui investimentos em controlada e coligadas, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8.

Até dezembro de 2021, a Superbac detinha 76,52% do capital da subsidiária Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A (“Fertilizantes”).

Em 6 de dezembro de 2021 a Companhia celebrou um acordo de reorganização, no qual estabeleceram-se termos e condições aplicáveis a uma reorganização financeira e societária na Superbac que prevê a quitação de certas dívidas da Bio Genesis mediante a cessão e transferência pela Bio Genesis à Superbac de 2.132.131 ações representativas de 23,48% do capital total e votante da Fertilizantes.

Com a concretização da cessão e da transferência dessas ações, a Superbac passou a ser titular de 9.081.969 ações, representativas de 100% do capital social total e votante da Fertilizantes.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 11 de maio de 2022.

Impacto do Coronavírus (Covid-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado que, somadas ao impacto potencial da doença, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos significativos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras das Companhias.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificadas alterações relevantes no mix e volumes de produtos vendidos, nem impactos relevantes nas receitas e margens. A Companhia entende que não há aumento do risco de crédito de seus clientes neste momento e mantém recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. Além disso, nenhuma mudança relevante na estrutura financeira e operacional foi efetuada em decorrência desse assunto.

2. Principais políticas contábeis

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Todas as IFRS emitidas pelo IASB, vigentes no momento da preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas.

Para a preparação destas demonstrações financeiras, foi adotado o IFRS 1 “First-time adoption of International Financial Reporting Standard” pois estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia em acordo com estas normas.

Detalhes sobre as principais Políticas Contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2 e nas notas específicas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base em determinadas premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis apresentadas a seguir nestas demonstrações financeiras.

2.2. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 1º de janeiro de 2020.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são inclusas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Geralmente, há uma presunção de que a maioria dos direitos de voto resulta em controle. Quando essa presunção não for observada e quando a Companhia tiver menos que a maioria dos direitos de voto ou similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O(s) arranjo(s) contratual(is) com os outros titulares de voto da investida
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais
- O direito de voto da Companhia e o direito de voto potencial

A Companhia avalia regularmente se continua ou não a ter controle sobre uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que existem mudanças em um ou mais dos elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtém controle sobre a controlada e termina quando deixa de exercer o controle. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma controlada adquirida durante o exercício são inclusos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores da Companhia e aos não-controladores, mesmo que isso resulte nos acionistas não-controladores terem um saldo negativo. Quando necessário, são feitos ajustes nas demonstrações financeiras de subsidiárias para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos intragrupo, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relativos a transações entre os membros da Companhia são eliminados por completo na consolidação.

Mudanças na participação da controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece ativos, passivos, participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda do controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações desta natureza, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas internacionalmente (IFRS), abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

Controladas e coligadas	Participação			Tipo de controle
	2021	2020	1º de janeiro de 2020	
SARUP HE Participações Ltda. (a)	-	-	50%	Controle conjunto
Theriot Capital Group Inc. (b)	55%	55%	55%	Coligada
Superbac Ind. e Com. Fertilizantes S.A. (c)	100%	76,52%	76,52%	Controlada

- (a)** A atividade principal consiste em gerenciar aeronaves para fins comerciais. Em 2020, a Companhia procedeu com a alienação do investimento por decisão estratégica da Administração.
- (b)** A atividade principal consiste em fabricação de produtos agrobiológicos. Foi constituída no Panamá e opera na Cidade do Panamá.
- (c)** A atividade principal consiste na fabricação de fertilizantes. A Companhia foi constituída no Brasil e opera na cidade de Mandaguari. Anteriormente chamada de Minorgan.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os registros contábeis inclusos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados utilizando a moeda principal do ambiente econômico em que cada controlada opera ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas, salvo indicação ao contrário.

2.4.1. Investimento em coligadas e controladas em conjunto (*joint-venture*)

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia tem influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma *joint-venture*. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem exercer controle individual ou controle conjunto sobre essas políticas.

Uma *joint-venture* é acordo conjunto através do qual as partes que detêm o controle conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As considerações feitas para determinar a influência significativa ou o controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar o controle sobre subsidiárias. O investimento da Companhia em sua coligada e *joint-venture* é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

O investimento em uma coligada ou *joint venture* é inicialmente reconhecido pelo custo, sendo posteriormente classificado usando método de equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as mudanças na participação da Companhia no ativo líquido da coligada ou *joint-venture* desde a data de aquisição. O ágio em relação à coligada ou *joint-venture* está incluso no valor contábil do investimento e não é testado separadamente quanto a *impairment*.

A demonstração de resultados reflete a participação da Companhia nos resultados das operações da coligada ou *joint-venture*. Qualquer mudança em "outros resultados abrangentes" dessas investidas é apresentada como parte dos outros resultados abrangentes da Companhia. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido da coligada ou *joint-venture*, a Companhia reconhece sua parte em quaisquer mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e a coligada ou *joint-venture* são eliminados na medida da participação na coligada ou *joint-venture*.

A soma da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de uma coligada e de uma *joint-venture* é mostrada na demonstração de resultados, fora do lucro operacional, e representa o lucro ou a perda depois dos impostos e da participação de não-controladores nas subsidiárias da coligada ou *joint-venture*.

As demonstrações financeiras da coligada ou *joint-venture* são elaboradas para o mesmo período de relatório da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis com as da Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por *impairment* em seu investimento em sua coligada ou *joint-venture*. Em cada data de relatório, a Companhia determina se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou *joint-venture* apresenta perda por *impairment*. Se houver tal evidência, a Companhia calcula o montante da perda por *impairment* como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou *joint venture* e seu valor contábil, e então reconhece a perda dentro da "participação nos lucros da coligada e *joint-venture*" na demonstração do resultado.

Na perda de influência significativa sobre a coligada ou do controle conjunto sobre a *joint-venture*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint-venture* e em caso da perda de influência significativa ou controle conjunto e o valor justo do investimento retido e a receita proveniente da alienação é reconhecida no resultado.

2.4.2. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação de circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de relatório.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas para as circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de relatório.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

2.4.4. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens ou serviços no curso normas das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que seja provável que os benefícios econômicos fluirão para a entidade quando os critérios específicos forem atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia aplica o modelo do IFRS 15 para mensurar e contabilizar a receitas de contratos com clientes, a qual estabelece o reconhecimento da receita em um valor que reflita a contraprestação esperada pela Companhia em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. O modelo é baseado em cinco etapas.

A receita operacional é reconhecida quando todas as condições a seguir forem atendidas:

- Identificação do contrato de venda ou prestação de serviços;
- Identificação das obrigações de desempenho.
- Determinação do valor de contrato;
- Determinação do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho inclusas no contrato;
- Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou quando as obrigações de desempenho forem satisfeitas.

O reconhecimento da receita ocorre quando ou à medida que a Companhia cumpre uma obrigação de desempenho que consiste em transferir os riscos e benefícios significativos ao transferir o bem ou serviço ao cliente.

Venda de bens

A receita de venda de fertilizantes e outros produtos é mensurada pelo valor da contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens. É reconhecido quando o controle da mercadoria é transferido para o cliente, geralmente na entrega física do produto no local acordado com o cliente.

A Companhia determina o preço de venda analisando o custo de produção e agregando uma margem de lucro estratégica. Uma tabela de preços é elaborada, monitorada e atualizada regularmente.

Prestação de serviços

Quando o resultado de uma transação envolvendo a prestação de serviços pode ser estimada com segurança. A receita associada à transação é reconhecida na conclusão da transação no final do período de relatório.

A obrigação de desempenho é satisfeita e o pagamento ocorre após a conclusão da prestação de serviço pela Companhia.

O resultado de uma transação pode ser estimado de forma confiável quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- (ii) é provável que os benefícios econômicos associados à transação serão transferidos para a entidade;
- (iii) a conclusão da transação no final do período de divulgação pode ser mensurada com confiabilidade; e
- (iv) os custos incorridos na transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Passivos de contrato

Um passivo de contrato é reconhecido se um pagamento for recebido, ou um pagamento é devido (dentre estes, o que ocorrer antes), de um cliente antes que a Companhia transfira bens ou serviços relacionados. Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Companhia cumpre as obrigações de desempenho previstas no contrato (a transferência do controle dos bens ou serviços ao cliente).

Custos para obtenção de contrato

A Companhia paga comissão de vendas aos seus revendedores para cada contrato que obtiverem pelas vendas de fertilizantes. As comissões são reconhecidas imediatamente nas despesas e incluídas como parte de benefícios a empregados, uma vez que o período de amortização do ativo é de um ano ou menos.

2.4.5. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Tributos correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes ao exercício corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias utilizando as alíquotas fiscais que estejam promulgadas no fim do período de relatório e geram lucro tributável.

A Companhia está enquadrada na forma de tributação de lucro real trimestral.

A tributação na forma de lucro real trimestral compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$60 no período de cada trimestre, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas fiscais promulgadas na data de relatório.

A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("Tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O saldo dos tributos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Imposto sobre vendas

As despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incorrido em uma compra de ativos ou serviços não é recuperável, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso
- Quando as contas a receber e a pagar são apresentadas com o valor do imposto sobre vendas incluso.

O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal é incluso como parte das contas a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.4.6. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional (Real Brasileiro), são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio vigentes na data de relatório. Itens não monetários em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado.

Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros) deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumulados, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de "outras receitas" no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Depreciação

As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas estão mencionadas na Nota Explicativa de nº 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor recuperável.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.4.8. Arrendamentos

A Companhia avalia no início do contrato se um contrato é, ou contém, um arrendamento. Isto é, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e medição para todas as locações, exceto para os arrendamentos de curto prazo e os arrendamentos de bens de baixo valor. A Companhia reconhece passivos de locação que representam obrigações para fazer pagamentos de arrendamento e direito de uso dos ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(i) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece o direito de uso dos ativos na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, menos qualquer depreciação acumulada e perdas por *impairment*, e ajustados para qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos diretos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a propriedade do bem arrendado for transferida para a Companhia no final do prazo do arrendamento ou se o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do bem.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a depreciação e *impairment*, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.4.13 - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("*impairment*").

(ii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem feitos durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, e montantes que se espera pagar sob garantias de valor residual.

Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de penalidades por rescisão do contrato, se o prazo do arrendamento for encurtado através da Companhia exercer a opção de rescindir o arrendamento.

No cálculo do valor presente dos pagamentos de arrendamento, a Companhia utiliza sua taxa de empréstimo incremental na data de início do arrendamento porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é prontamente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo do arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos de arrendamento (por exemplo, mudanças nos pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma mudança na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os passivos de arrendamento da Companhia estão inclusos na rubrica de empréstimos e financiamentos.

(iii) Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de locação de 12 meses ou menos desde o seu início e não contêm uma opção de compra). A Companhia também aplica o reconhecimento do arrendamento de bens de baixo valor isenção para arrendamentos de equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor. Pagamentos de arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período do arrendamento.

2.4.9. Propriedades para investimentos

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de relatório.

Ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo das propriedades para investimento são inclusos na demonstração do resultado do exercício em que forem gerados.

As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento. A Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de mudança de uso.

2.4.10. Intangível

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é baixado quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados quando a Companhia consegue demonstrar:

- A viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Sua intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- A forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- A capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas por *impairment*. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é testado anualmente para *impairment*.

2.4.11. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de relatório.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e desreconhecidas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*.

A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas e estão incluídos em ativos não circulantes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do período.

Desreconhecimento

A Companhia baixa um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu a obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos integralmente sem atraso significativo a terceiros sob um acordo de 'repasse'; e ou **(a)** a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou **(b)** a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está inadimplente quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Contas a receber de clientes – Nota Explicativa nº 6.
- Instrumentos financeiros – Nota Explicativa nº 27.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de *hedge* designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros.

Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos são contabilizados pelo FVTPL, exceto os derivativos designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa, que requerem tratamento contábil específico. Para se qualificar para contabilidade de *hedge*, a relação de *hedge* deve atender a todos os seguintes requisitos:

- Existe uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*
- O efeito do risco de crédito não domina as mudanças de valor que resultam dessa relação econômica, e
- A proporção de cobertura da relação de *hedge* é a mesma que resulta da quantidade do item protegido que a entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade de item coberto.

Para os períodos do relatório em análise, a Companhia designou certos contratos de câmbio a prazo como instrumentos de *hedge*, objetivando realizar o *hedge* de fluxo de caixa. Esses acordos foram firmados para mitigar o risco cambial decorrente de certas operações de compra de matéria-prima e financiamento de máquinas denominadas em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos utilizados para contabilização de *hedge* são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e reportados posteriormente pelo valor justo no balanço patrimonial consolidado.

Na medida em que o *hedge* for efetivo, as variações no valor justo dos derivativos designados como instrumentos de *hedge* em *hedges* de fluxo de caixa são reconhecidos em outros resultados abrangentes e incluídas na reserva de *hedge* de fluxo de caixa no patrimônio líquido. Qualquer ineficácia na relação de *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteção de riscos relacionados a moedas estrangeiras e não são de natureza especulativa. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia são compostos, em sua maioria, por contratos *non-deliverable forward* (NDF).

Até o período findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não adotava a política de *hedge*, portanto as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos eram reconhecidas imediatamente no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”.

No exercício de 2021, a Companhia adotou a política de contabilidade de *hedge* e sua parcela efetiva passou a ser reconhecida em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, conforme descrito na Nota Explicativa nº 27, Instrumentos Financeiros.

2.4.12. Estoques

Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos em processo, material para embalagem, produto acabado e itens de consumo. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais.

2.4.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado (“*impairment*”).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, como *ágio*, ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas por *impairment*, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo naquelas datas.

2.4.14. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.4.15. Ações preferenciais

As ações preferenciais são separadas em componentes de passivo e patrimônio líquido, com base nos termos do contrato.

Na emissão das ações preferenciais, o valor justo do componente de responsabilidade é determinado utilizando uma taxa de mercado para um instrumento equivalente não convertível. Este valor é classificado como um instrumento financeiro passivo medido ao custo amortizado (líquido dos custos de transação) até ser extinto na conversão ou no resgate.

O restante dos recursos é alocado para a opção de conversão que é reconhecida e incluída no Patrimônio Líquido. Os custos de transação são deduzidos do patrimônio líquido, líquidos dos custos da transação. O valor contábil da opção de conversão não é remensurada nos anos subsequentes.

Os custos de transação são repartidos entre os componentes do passivo e do patrimônio líquido do conversível. ações preferenciais, com base na alocação de recursos para os componentes de responsabilidade e patrimônio líquido, quando os instrumentos são inicialmente reconhecidos.

2.4.16. Ações em tesouraria

Os instrumentos de capital próprio que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos pelo custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou perda na compra, venda, emissão ou cancelamento do Instrumentos de capital próprio da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a consideração, se reemitida, é reconhecida na rubrica prêmio de emissão de ações.

2.4.17. Provisões

Geral

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for possivelmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.4.18. Pagamentos baseados em ações

Alguns funcionários (altos executivos) da Companhia recebem remuneração sob a forma de ações, em que os funcionários prestam serviços como contraprestação de instrumentos patrimoniais (transações liquidadas com ações).

Estes pagamentos são liquidados em ações. Portanto, anualmente é reconhecida uma despesa pelo valor justo das transações liquidadas com ações, a compensação dessa despesa é reconhecida no patrimônio líquido a cada data de apresentação. O valor justo é mensurado inicialmente na data da outorga. O valor justo é despesado ao longo do período até a data de *vesting* com o registro do valor correspondente no patrimônio líquido. O valor justo é determinado utilizando o método Monte Carlo para opções de ações classe "A" e modelo de precificação Black &, Scholes e Merton para opções de ações classe "B" de *valuation*. Vide Nota Explicativa nº 21.1 pagamentos baseados em ações para mais informações.

2.5. Adoção inicial do IFRS

Estas demonstrações financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, são as primeiras que a Companhia preparou de acordo com as IFRS. Para os períodos até 31 de dezembro de 2020, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (CPC).

Assim, a Companhia preparou demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS aplicáveis até 31 de dezembro de 2021, juntamente com os dados do período comparativo para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme descrito no resumo das políticas contábeis significativas. Na preparação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial de abertura da Companhia foi preparado em 1º de janeiro de 2020, a data de transição da Companhia para o IFRS.

A Companhia aplicou as seguintes isenções de aplicação:

- A Companhia não aplicou a IAS 21 Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio retrospectivamente a ajustes de valor justo e *goodwill* de combinações de negócios que ocorreram antes da data de transição para as IFRS. Tais ajustes de valor justo e ágio são tratados como ativos e passivos da matriz em vez de como ativo e passivo da adquirida.

Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda funcional da controladora, ou são itens não monetários em moeda estrangeira e não ocorrem outras diferenças de tradução.

Estimativas

As estimativas em 1º de janeiro de 2020 e em 31 de dezembro de 2020 e 2021 são consistentes com as feitas para as mesmas datas, de acordo com o CPC (após ajustes para refletir quaisquer diferenças nas políticas contábeis) com exceção dos itens onde a aplicação do CPC não exigiu estimativa

As estimativas usadas pela Companhia para apresentar esses valores de acordo com as IFRS refletem condições em 1º de janeiro de 2020, a data de transição para as IFRS e em 31 de dezembro de 2021.

A adoção inicial do IFRS não resultou em ajustes e impactos materiais nas demonstrações financeiras.

2.6. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas e despesas de juros;
- Descontos concedidos e obtidos;
- Tarifas bancárias e outras despesas;
- Ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.7. Ajuste de valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre contas a pagar, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica "Despesas financeiras".

2.8. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para perdas de créditos esperadas, sendo esta constituída quando é esperado que a Companhia e suas controladas não serão capazes de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, elas são apresentadas no ativo não circulante.

2.9. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme a norma IAS 33 - Resultado por Ação.

2.10. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais.

Eventualmente a Companhia opera com operações de Cessão de crédito de fornecedores, onde posterga o pagamento de suas notas fiscais em um curto prazo, porém otimiza o seu fluxo de caixa.

2.11. Adoção das IFRS novas e revisadas

Durante o exercício de 2021, o IASB emitiu a revisão das normas a seguir, já em vigor no exercício de 2021. Alguns pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021, foram adotados sem impacto nos resultados e posições financeiras da Companhia, as normas revisadas são as seguintes:

- IFRS 16 – Arrendamentos;
- IFRS 4 – Contratos de Seguros;
- IFRS 3 – Combinação de Negócios;
- IFRS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- IAS 16 – Ativos Fixos; IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações;
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Adicionalmente, o IASB está preparando novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos existentes, que entrarão em vigor somente em 1º de janeiro de 2023, conforme segue:

- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Correção de Erros; e
- IFRS 17 – Contratos de Seguro.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como aquelas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são divulgadas a seguir:

a) **Perda de valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

b) **Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Os *inputs* considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível.

Nas situações em que esses *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa de instrumentos financeiros.

c) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perda de crédito esperadas

As provisões para perdas de ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base nas estimativas futuras ao final de cada exercício, no histórico da Companhia e nas condições existentes de mercado. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na nota explicativa de contas a receber.

Tributos

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota Explicativa nº 26.

Custos de desenvolvimento

Os custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na Nota Explicativa nº 2.4.10 referente aos Ativos Intangíveis. A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da Administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será viabilizada, geralmente ocorre quando o desenvolvimento de um projeto de produto tenha alcançado uma determinada métrica seguindo um modelo estabelecido pela gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a Administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Banco conta movimento	31.327	24.098	17.872
Compromissos (a)	13.551	34.593	87.692
Certificados de depósito bancário - CDB (b)	8.737	5.158	2.846
Fundos de investimento (c)	2.832	142	8.657
Total	56.447	63.991	117.067

- (a) Aplicações financeiras realizadas na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo custo amortizado com remuneração anual de 65% a 114% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário e liquidez imediata (de 65% a 80% do CDI em 31 de dezembro de 2020 e 1º de janeiro de 2020);
- (b) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos obtidos até a data do balanço. A Companhia mantém em carteira de investimento em Certificados de Depósito bancário, com baixo risco, e rentabilidade de juros indexados ao CDI que em 2021 renderam entre 5% a 100% (entre 97% a 100% em 2020 e 100% em 1º de janeiro de 2020); e
- (c) Fundos de investimentos são mantidos em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos obtidos até a data do balanço. São mantidos em carteira de investimento com rentabilidade de 100% do CDI.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco, podendo estar sujeitas a mudança de valor, conforme tipo de ativo.

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Aplicações em cotas (a)	17.265	6.393	-
Total	17.265	6.393	-

- (a) Aplicação realizada em cotas na modalidade de renda fixa de baixo risco e mensuradas pelo custo amortizado com a remuneração anual de 100% do CDI (100% em 31 de dezembro de 2020 e em 1º de janeiro de 2020 do CDI) e sem liquidez imediata. Estes investimentos são utilizados como garantia para obrigações financeiras.

6. Contas a receber

a) Composição

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Clientes nacionais	165.576	160.190	192.485
Clientes no exterior	47	47	47
Ajuste a valor presente (*)	(9.110)	(7.259)	(6.078)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(31.360)	(37.380)	(77.304)
Total	125.153	115.598	109.150

- (*) Valor presente calculado com base na taxa mensal de 1,55% em 2021 e 1,35% em 2020 cobrada pela Companhia aos seus clientes.

b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento

O risco de crédito de contas a receber se deve a possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das faturas vencidas por cliente por meio do *aging list*.

A seguir o cronograma de vencimento dos saldos a receber da Companhia em suas respectivas datas base:

A vencer	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Até 30 dias	4.108	3.278	2.805
De 31 a 60 dias	1.042	1.870	3.587
De 61 a 90 dias	1.942	955	2.693
De 91 a 180 dias	110.856	99.835	82.360
De 181 a 360 dias	18.688	18.304	23.694
Total	136.636	124.242	115.139
Vencidos:			
Até 30 dias	67	1.103	595
De 31 a 90 dias	154	200	696
De 91 a 180 dias	1.846	2.846	482
De 181 a 360 dias	174	2.922	17.601
Acima de 360 dias	26.746	28.924	58.019
Total	28.987	35.995	77.393
Valor contábil bruto dos recebíveis			
Total do contas a receber bruto	165.623	160.237	192.532

c) Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas

Saldo em 1º de janeiro de 2020	(77.304)
Constituição	(5.897)
Perdas por clientes incobráveis	8.296
Reversão de perda de crédito esperada - José Pupin (i)	37.525
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(37.380)
Constituição no exercício	(3.629)
Reversão/Recebimento no exercício	9.649
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(31.360)

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. O indício utilizado como parâmetro pela Companhia é a incapacidade do devedor de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias. Isso constitui o método simplificado conforme permitido pela IFRS 9.

- (i) Em junho de 2020, a controlada da Companhia Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. finalizou as negociações do saldo credor de cliente, no montante de R\$ 37.525, saldo este que estava alocado integralmente como provisão para perdas de créditos esperadas e foi baixado mediante a formalização do acordo de negociação.

Como quitação do saldo credor, a Companhia recebeu, em forma de pagamento, o imóvel denominado Fazenda Branca, avaliada, por contratado independente, ao montante de R\$ 48.026 (vide Nota Explicativa nº 11), sendo R\$ 37.525 referente ao saldo credor e R\$ 10.475 referente a correção monetária (vide Nota Explicativa nº 25).

7. Saldo e transações com partes relacionadas

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são adquiridas entre partes relacionadas, provenientes de operações comerciais e financeiras.

As transações comerciais entre partes relacionadas, tais como compra e venda de mercadorias, são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes, que devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas.

As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre pessoas chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento dessas operações.

Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Contas a receber - não circulante			
Acionistas			
Bio Genesis Participações S.A (a)	-	79.315	74.661
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho (b)	6.515	6.213	5.778
Total	6.515	85.528	80.439
Contas a pagar – circulante			
Outras Partes Relacionadas			
Beatriz Gonçalves Ribeiro (c)	-	4.500	15.047
Total	-	4.500	15.047
Contas a pagar – não circulante			
Acionistas			
Bio Genesis Participações S.A (a)	70.921	-	-
Sommerville Investments B.V. (d)	3.433	-	-
Orjen Investments Pte. Ltd. (e)	39.728	-	-
Other Related Parties			
Beatriz Gonçalves Ribeiro (c)	-	-	4.500
Total	114.082	-	4.500

Transações que afetam o resultado:

	2021	2020
Despesas financeiras e administrativas		
SB Participações e acionistas	-	384
Outras partes relacionadas		
GIC Patrimonial Ltda.	214	209
OCHMAN, Real Amadeo Advogados ASSOC	863	304
Total	1.077	897

(a) Referem-se a mútuos contratados pela Bio Gênesis com a Superbac:

Em março de 2017, a Bio Gênesis contratou um mútuo com a Superbac no montante de R\$ 29.460 corrigido à taxa de CDI, para recompra de 2.015.395 ações ordinárias nominativas do acionista minoritário Amilar Venture Partners II, que na data representava 19,63% do capital social da Bio Gênesis.

Em abril de 2017, a Bio Gênesis contratou um mútuo junto a Superbac no montante de R\$ 8.000, corrigido à taxa do CDI para adquirir 1.225.000 de ações ordinárias nominativas da Superbac Fertilizantes. As atualizações são registradas na rubrica de receitas financeiras e totalizaram R\$ 1.140 ao longo do exercício de 2020 (R\$ 1.474 em 1º de janeiro de 2020).

Em 2021:

Esses valores foram compensados pelos seguintes eventos:

	2021
Ações preferenciais reembolsáveis	54.516
Juros - taxa CDI	416
Provisão de <i>earn-out</i>	99.716
Juros - taxa CDI	762
Contas a receber	(84.489)
Total contas a pagar	70.921

- (b) Refere-se a contrato de mútuo concedido em 05 de maio de 2018, no valor de R\$ 5.055, com vencimento em 2023, atualizado pelo CDI.
- (c) Contas a pagar referentes à compra de ações da acionista minoritária Beatriz Ribeiro da Superbac Fertilizantes em 2017, registradas a valor justo. Essa obrigação estava condicionada ao volume de vendas por 5 anos e seria realizada quando as metas de obrigação de desempenho da Superbac Fertilizantes fossem cumpridas.
- (d) Refere-se a ações preferenciais resgatáveis no valor total de R\$ 3.407 atualizados pelo CDI ao valor total de despesa de R\$ 26.
- (e) Refere-se a ações preferenciais resgatáveis no valor total de R\$ 39.427 atualizados pelo CDI ao valor total de despesa de R\$ 301.

Renumeração da administração

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria e Conselho da administração.

Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração total dos diretores estatutários da Companhia, incluindo todas as modalidades de remuneração foi de R\$ 12.552 (R\$ 9.325 em 31 de dezembro de 2020), registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

	2021	2020
Benefícios de curto prazo		
Salário ou pró-labore	7.396	7.366
Bônus	5.156	1.959
Total	12.552	9.325

A Companhia implementou um plano de pagamento baseado em ações que é detalhado na Nota Explicativa nº 21.1.

8. Investimentos

A composição dos investimentos em *joint-venture* apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas é demonstrada a seguir:

Investida	Participação			2021	2020	1º de janeiro de 2020
	2021	2020	1º de janeiro de 2020			
Sarup HE Participações Ltda.	-	-	50%	-	-	4.190
Theriot Capital Group Inc.	55%	55%	55%	2.248	2.248	2.248
(-) <i>Impairment</i>				(2.248)	(2.248)	(2.248)
Total				-	-	4.190

A Companhia realizou uma análise de *impairment* do investimento da Theriot. Como resultado dessa avaliação, foi registrada perda por redução ao valor recuperável, uma vez que a Companhia não espera receber dividendos dessa coligada.

As informações relevantes da controlada Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. são as seguintes:

Informações financeiras relevantes	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Ativo circulante	376.148	228.463	245.035
Ativo não circulante	304.471	272.260	195.155
Total do ativo	680.619	500.723	440.190
Passivo circulante	452.827	231.923	222.994
Passivo não circulante	160.336	194.699	160.716
Patrimônio líquido	67.456	74.101	56.480
Total do Passivo a Patrimônio Líquido	680.619	500.723	440.190
Receita	700.634	330.382	280.042
Lucro (prejuízo) do exercício	(5.657)	17.621	(16.771)
Equivalência patrimonial	(5.657)	13.484	(12.834)
Outros resultados abrangentes	(988)	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(6.645)	17.621	(16.771)

9. Estoques

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Matéria-prima	121.007	44.704	18.537
Produtos em processo	16.329	2.865	1.025
Embalagens	2.314	1.302	1.511
Produto acabado	9.166	5.252	3.809
Material de consumo	9.231	5.502	2.535
Adiantamento a fornecedores	26.806	1.550	2.557
Total	184.853	61.175	29.974

Os saldos de estoques são apresentados ao custo ou ao seu valor realizável líquido, dos dois, o menor.

A Administração estima que a realização dos estoques ocorra em prazo inferior a um ano, por isso o saldo se encontra registrado no ativo circulante. Assim como não provisiona perdas por obsolescência e/ou avarias por entender que os produtos não perdem a validade e o giro dos estoques é alto.

10. Impostos a recuperar

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
PIS e Cofins (a)	35.938	23.209	21.555
IRPJ e CSLL antecipação (b)	7.595	7.595	7.595
IRRF sobre aplicações financeiras	4.807	4.460	4.093
ICMS	1.221	218	805
Outros impostos a recuperar	123	240	194
Total	49.684	35.722	34.242
Circulante	5.982	4.460	4.517
Não circulante	43.702	31.262	29.725

(a) Os créditos de PIS e Cofins são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais.

(b) O saldo de IRPJ e CSLL antecipados refere-se a valores antecipados sobre lucros tributáveis estimados em exercícios anteriores.

11. Propriedades para investimento

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Outros	-	40	40
Propriedades rurais	81.963	77.527	1.023
Total	81.963	77.567	1.063

Movimentação do ativo mantido para revenda conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Saldo inicial	77.567	1.063	1.976
Valor justo	5.213	28.543	-
Adições	-	48.026	-
Baixas	(817)	(65)	(913)
Saldo em 31 de dezembro	81.963	77.567	1.063

A Companhia mantém os ativos descritos acima como propriedades para investimento principalmente para fins de valorização do capital. O valor justo, menos os custos para vender a propriedade, são maiores que os valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda. Dessa forma, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ou 2020.

Em junho de 2020 a Controlada direta Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. recebeu, como forma de pagamento de saldo credor do cliente José Pupin, a posse do imóvel denominado Fazenda Branca, avaliada no valor de R\$ 48.026. Em 31 de dezembro de 2020 o valor justo foi atualizado em R\$ 28.543 (total de R\$ 76.569). Ressalta-se que este imóvel é dado como garantia de um empréstimo obtido junto ao banco Tricury. Em 31 de dezembro de 2021 o valor justo foi atualizado em R\$ 5.213 (total de R\$ 81.782).

A propriedade está localizada no município de Tangara da Serra / MT e está à disposição da Controlada para futuras negociações. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 6, referente a Contas a Receber – item c, **(i)**.

12. Imobilizado

	Taxas anuais	2021							
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferência	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	4.801	-	4.801	-	-	-	-	4.801
Edifícios	4%	63.256	(3.242)	60.014	1.582	-	14.457	(2.804)	73.249
Benfeitorias em imóveis terceiros	4%	4.097	(743)	3.354	102	(28)	-	(400)	3.028
Máquinas e equipamentos	12%	57.649	(11.516)	46.133	5.215	(3.156)	7.061	(6.450)	48.803
Veículos	20%	4.141	(2.613)	1.528	1.738	(988)	-	(669)	1.609
Móveis e utensílios	12%	2.978	(645)	2.333	138	(506)	208	(256)	1.917
Instalações	10%	3.172	(499)	2.673	766	(958)	790	(272)	2.999
Equipamentos de informática	20%	2.964	(1.817)	1.147	479	(148)	-	(440)	1.038
Imobilizado em andamento	-	48.824	-	48.824	23.473	(22)	(22.516)	-	49.759
Outros	-	2.018	(2.008)	10	88	(15)	-	(20)	63
Total		193.900	(23.083)	170.817	33.581	(5.821)	-	(11.311)	187.266

		2020							
	Taxas anuais	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferência	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	4.801	-	4.801	-	-	-	-	4.801
Edifícios	4%	62.089	(775)	61.314	1.015	-	152	(2.467)	60.014
Benfeitorias em imóveis terceiros	4%	3.671	(387)	3.284	247	-	179	(356)	3.354
Máquinas e equipamentos	12%	45.554	(6.057)	39.497	471	(2.486)	14.110	(5.459)	46.133
Veículos	20%	4.259	(2.077)	2.182	34	-	(152)	(536)	1.528
Móveis e utensílios	12%	2.681	(373)	2.308	84	(9)	222	(272)	2.333
Instalações	10%	2.463	(315)	2.148	244	(50)	515	(184)	2.673
Equipamentos. de informática	20%	2.728	(1.197)	1.531	119	-	117	(620)	1.147
Adiantamento para fornecedores	-	362	-	362	-	-	(362)	-	-
Máq. e equipamentos locados	-	4.196	-	4.196	-	-	(4.196)	-	-
Construção em progresso	-	36.589	-	36.589	19.004	(2.871)	(3.898)	-	48.824
Outros	-	8.700	(1.949)	6.751	5	-	(6.687)	(59)	10
Total		178.093	(13.130)	164.963	21.223	(5.416)	-	(9.953)	170.817

- (i) As obras em andamento referem-se à biofábrica do Centro de Inovação Superbac, complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em biotecnologia da Companhia com previsão de ativação em 2022.

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia e suas controladas fazem anualmente manutenção preventiva sendo seus ativos e unidades geradoras de caixa mantidos com valor de uso, já que é o maior em relação ao valor de venda.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 1º de janeiro de 2020, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indícios de *impairment*.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Vida útil

Edifícios	25
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25
Máquinas e equipamentos	08
Veículos	05
Móveis e utensílios	08
Instalações	10
Ferramentas	07
Equipamentos de informática	05
Equipamentos de comunicação	10

Garantia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem bens do ativo imobilizado dados em garantia de operações financeiras. Tais itens incluem as instalações das unidades Fábrica 1, Fábrica 2 e CPBAC, além da Fazenda Experimental, todas pertencentes à Superbac Fertilizantes.

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Veículos	1.592	814	1.558
Máquinas e equipamentos	4.784	5.504	6.210
Hipoteca (Fábrica 1, Fazenda experimental e CPBAC)	8.583	9.277	9.973
Total	14.959	15.595	17.741

13. Intangível

		2021						
	Taxas anuais	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização	Líquido
Acordo de não competitividade								
(a)	25%	3.000	(2.584)	416	-	-	(416)	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	5.108	-	5.108	1.686	(243)	(661)	5.890
Software	20%	3.554	(1.660)	1.894	78	-	(554)	1.418
Total		11.662	(4.244)	7.418	1.764	(243)	(1.631)	7.308

		2020							
	Taxas anuais	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Aquisições	Transferências	Baixas	Amortização	Líquido
Acordo de não competitividade									
(a)	25%	3.000	(1.588)	1.412	-	-	-	(996)	416
Pesquisa e desenvolvimento									
	-	5.337	-	5.337	1.565	(366)	(1.428)	-	5.108
Software									
	20%	3.141	(1.139)	2.002	48	366	(1)	(521)	1.894
Total		11.478	(2.727)	8.751	1.613	-	(1.429)	(1.517)	7.418

- (a) Com a venda das ações do acionista minoritária da Minorgan, Beatriz Ribeiro, foi assinado um acordo de não competitividade por cinco anos pela remuneração adicional ao contrato de compra e venda das ações no montante de R\$ 3.000 (R\$ 2.007 líquido de amortização), o qual será amortizado ao longo do período de cinco anos.

14. Direito de uso

A Companhia possui operações de arrendamento de ativos, tais como imóveis e máquinas.

O prazo médio dos contratos de locação de imóveis é de três anos; porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos são atualizados por uma taxa de 1,35% ao mês.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições, não contendo cláusulas restritivas e os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

A alocação da depreciação do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear, baseada no período do contrato. A vida útil será reavaliada periodicamente de forma a capturar alterações nas intenções de continuidade do arrendamento seja por questões estratégicas ou por intenção do locador.

Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, mediante a ressarcimentos previstos em contrato, o entendimento da Companhia é que esses contratos devem ser tratados como arrendamento mercantil, registrando a despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento.

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Direito de uso	
Adição inicial	3.940
Depreciação	(1.331)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.609
Depreciação	(741)
Baixas	(875)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	993
Adições	7.991
Baixas	(2.958)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.026

A vida útil estimada dos ativos é de três anos.

15. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. O prazo médio de pagamento corresponde a 55 dias. (54 em 31 de dezembro de 2021 e 77 em 1º de janeiro de 2020).

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Cessão de fornecedores	20.834	-	-
Fornecedores nacionais	60.098	29.206	33.375
Fornecedores estrangeiros	56.395	33.316	10.348
Total	137.327	62.522	43.723
Circulante	137.327	62.522	43.723

As informações sobre o processo de gerenciamento do risco de liquidez da Companhia estão incluídas na nota explicativa relativa a instrumentos financeiros.

16. Empréstimos e financiamentos

A seguir apresentamos informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado

	Taxa de juros	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Debênture (a)	16,79%	64.827	71.675	78.751
Capital de giro (b)	6,29% a 28,97%	148.127	128.533	141.164
Finame (c)	5,50% a 21,25%	280	869	1.781
Leasing	16,46%	4.162	5.096	4.535
BNDES (d)	7,00% a 12,72%	8.781	11.504	14.223
Empréstimos internacionais (e)	6,06% a 24,19%	40.401	12.043	24.714
Desconto de duplicatas	16,07% a 33,49%	16.951	7.755	-
Custo de captação		(5.307)	(3.814)	(3.087)
Total		278.222	233.661	262.081
Circulante		243.183	132.905	166.086
Não circulante		35.039	100.756	95.995

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir (31 de dezembro do 2021):

	2023	2024	2025	Total
Capital de giro (b)	25.412	1.019	158	26.589
Leasing	988	1.194	337	2.519
BNDES (d)	2.840	2.840	251	5.931
Total	29.240	5.053	746	35.039

(a) Debentures

Em 6 de fevereiro de 2018, a Superbac Fertilizantes realizou a 1º (primeira) Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, com prazo de vencimento em 20 de maio de 2020 no valor total de R\$ 50.000, e remuneração de CDI + 5%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures foram destinados ao fomento das atividades de fornecimento de fertilizantes e/ou defensivos agrícolas para produtores do agronegócio. A emissão foi quitada em fevereiro de 2019.

Em 15 de outubro de 2018, a Superbac Fertilizantes realizou a 2º (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R\$ 100.000, e remuneração de CDI + 3,8%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados a liquidação antecipada de instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da emissora.

Em 17 de março de 2022 a Companhia obteve a dispensa por descumprimento das obrigações contratuais contidas nas cláusulas de restrição financeira (*covenants*) e possui os seguintes vencimentos:

	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	11.202	14.300	17.875	21.450	64.827

(b) Capital de giro

Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio.

A Companhia possui CDC (Crédito direto ao consumidor - Veículos) e CCB (Cédula de Crédito Bancário), sendo condições padrões e usuais de CCB indexadas a CDI/Selic, pagamento de principal e juros mensais/trimestrais ou semestrais, dependendo do contrato.

A Companhia possui também CRA (Certificados de Recebíveis Agrícolas), papéis de renda fixa lastreadas em operações de crédito do setor de agronegócio com remuneração entre 6,80% a.a. e 11,17% a.a.

(c) Finame

Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME possuem encargos financeiros equivalentes a taxas prefixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP somados a um “spread” fixo.

O prazo médio de amortização dos contratos desta modalidade é de 12 meses, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidas nos contratos.

(d) Inova Agro Project – BNDES

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de **(i)** financiar o projeto para “Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agrônômica” dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari - PR, e **(ii)** a aquisição de máquinas e equipamentos.

(e) Empréstimos e financiamentos internacionais

O empréstimo obtido das instituições financeiras na modalidade de FINIMP, tem por objetivo o financiamento das mercadorias adquiridas através de fornecedores internacionais, otimizando o fluxo de caixa operacional da Companhia.

Os valores de empréstimos e financiamentos internacionais foram tomados em dólares americanos.

O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de seis meses, sendo condições de amortização e juros conforme definidos nos contratos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos ocorreu conforme quadro a seguir:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	233.661	262.081
Captações	133.855	158.952
Juros incorridos	27.020	19.103
Amortização principal	(92.094)	(185.209)
Pagamento de juros	(21.800)	(17.452)
Custo de captação	(2.420)	(3.814)
Saldo em 31 de dezembro	278.222	233.661

Garantias

As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, hipotecas, notas promissórias, aplicações financeiras e cessão fiduciária de recebíveis.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

Os contratos de financiamento classificados como debêntures (item (a)) estavam sujeitos a *covenants* financeiros.

A controlada da Companhia obteve isenção por descumprimento das obrigações contratuais contidas nos *covenants* financeiros relativos à segunda emissão, a qual foi concedida por meio de ata lavrada em 03 de dezembro de 2020.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não havia obtido a dispensa, portanto os valores das debêntures tiveram seus saldos reclassificados para o curto prazo.

17. Obrigações tributárias

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
ICMS	2.354	408	413
IRRF	46	11	40
IOF	2.262	2.131	1.796
Parcelamento de impostos	892	1.298	-
Outras obrigações tributárias	278	262	2.001
Total	5.832	4.110	4.250

18. Adiantamento de clientes

A Companhia possui contratos com clientes negociados na modalidade de pagamento antecipado. O intuito é garantir o fornecimento do produto, em caráter prioritário, mediante a demanda dos clientes.

O saldo registrado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 118.099 (R\$ 58.362 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 7.507 em 1º de janeiro de 2020) e refere-se a antecipações para o período de safra que se inicia no período de junho a dezembro, encerrando o ciclo com a emissão de todas as notas fiscais mediante a entrega dos produtos.

19. Passivos de arrendamentos

Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de aproximadamente 5%, variando de acordo com o prazo de cada contrato, e possuem a composição a seguir.

Em 31 de dezembro de 2021, a movimentação dos passivos de arrendamento mercantil é:

	Arrendamentos
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.663
Apropriação de Juros	62
Amortização do principal	(1.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.170
Adições	7.814
Apropriação de juros	258
Amortização do principal	(3.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.026

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos arrendamentos, demonstrando os pagamentos que serão feitos após a data base. De acordo com o IAS 17:

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Até 1 ano	3.644	1.271	1.361
Mais de 1 ano e menos do que 5 anos	2.950	783	1.421
Total	6.594	2.054	2.782
Valor presente dos pagamentos mínimos	6.026	1.170	2.663
Circulante	3.236	1.170	1.303
Não circulante	2.790	-	1.360

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Cíveis	1.106	1.106	-
Trabalhistas	681	1.556	2.724
Total	1.787	2.662	2.724

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	2.724	2.724
Adição	1.106	1.168	2.274
Reversão	-	(2.336)	(2.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.106	1.556	2.662
Adição	-	1.690	1.690
Reversão	-	(2.565)	(2.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.106	681	1.787

A Companhia é parte passiva de 11 causas (7 causas em 31 de dezembro de 2020 e 9 causas em 1º de janeiro de 2020) cíveis com risco de perda possível que alcança R\$ 10.244 (R\$ 7.088 em 31 de dezembro de 2020), cuja principais causas são as seguintes:

- (i) Autos de infração ambiental referente a atividades de sem autorização ou atividades consideradas poluidoras pela autoridade ambiental. Risco possível de perda calculado em 31 de dezembro de 2021 no valor estimado de R\$ 3.511 (R\$ 3.554 em 31 de dezembro de 2020); e
- (ii) Demais processos referentes a questionamentos comerciais na venda de fertilizantes que se somam em R\$ 6.733 (R\$ 3.534 em 31 de dezembro de 2020), classificados como risco possível de perda em 31 de dezembro de 2021.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 352.118, representado por 86.413.223 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 43.206.612 ações ordinárias e 43.206.611 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 1ª de janeiro de 2020 o capital social era de R\$ 352.117, representado por 44.579.715 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 40.805.221 ações ordinárias e 3.774.494 ações preferenciais.

Em 22 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu 32.076.006 novas ações Classe C, preferencias, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, porém com prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, na ocorrência do Evento de Conversão as quais foram subscritas pela Sommerville Investments B.V..

A Companhia também emitiu 9.756.502 novas ações Classe C, preferencias, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, porém com prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, na ocorrência do Evento de Conversão as quais foram subscritas pela Orjen Investments PTE Ltd., foram emitidas 1.000 ações preferenciais classe D, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, obrigatoriamente, resgatáveis, na ocorrência do Evento de Liquidez ao preço de emissão de R\$ 8.699,55 por ação, dos quais R\$ 1,00 por ação foi alocado à formação do capital social da Companhia e R\$ 8.698,55 por ação foi destinado à conta de reserva de capital em decorrência do ágio na subscrição das ações.

A ações estão distribuídas conforme segue:

Acionistas	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
Bio-Gênesis Participações S.A	19.285.334	22,33	19.284.334	43,25
Sommerville Investments B.V	46.957.560	54,34	14.881.554	33,38
Orjen Investments PTE Ltd.	13.530.996	15,66	3.774.494	8,47
Bio-Tec Participações S.A	2.196.319	2,54	2.196.319	4,93
Sb Participações S.A	971.146	1,12	971.146	2,18
Fourbac Participações S.A	930.900	1,08	930.900	2,09
Daniel Citron	503.140	0,58	503.140	1,13
Treasury shares	486.849	0,56	486.849	1,09
André Jafferian	473.609	0,55	473.609	1,06
Fabício Gonçalves Drumond	331.947	0,38	331.947	0,74
Ajneto Participações Ltda.	320.154	0,37	320.154	0,72
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho	319.801	0,37	319.801	0,72
Renato Ochman	105.468	0,12	105.468	0,24
Total	86.413.223		44.579.715	

b) Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que essa atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

c) Reserva de lucro

O percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação para a “reserva de lucros”, que tem como objetivo, reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.

d) Reserva de ágio na emissão de ações

Refere-se à constituição de reserva de capital decorrente de valores adicionais acima do valor patrimonial da ação, recebidos em aporte de capital reduzido de ágio na aquisição de ações da controlada Superbac Fertilizantes.

e) Reserva de bônus

Refere-se à constituição de reserva de capital decorrente da emissão de um bônus de subscrição que dará o direito ao subscritor das ações, na ocorrência do Evento de Liquidez.

f) Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

g) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a recompra de ações de certos acionistas no montante de R\$ 10.114.

Em 2018 a Companhia realizou a absorção de opção de ações no montante de R\$ 4.758, totalizando assim R\$ 5.356 em ações que irá manter em tesouraria. .

h) Outros resultados abrangentes

Efeito da parcela efetiva do *hedge* de preço, já que a Companhia adota a política de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), portanto as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos detidos para proteger de riscos são reconhecidas no Patrimônio líquido.

21.1. Opções de ações

Plano de opções de ações

A Companhia oferece um plano de remuneração de opções de ações para sua alta administração, este plano de remuneração foi introduzido após sua aprovação pelos acionistas nas assembleias gerais ocorridas em 11 de junho de 2021 e 8 de novembro de 2021.

O Plano de Opção de Compra de Ações visa estimular e promover a retenção dos executivos e da alta administração da Companhia, bem como assegurar o alinhamento com os objetivos da Companhia, acionistas, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo seu comprometimento e produtividade nos resultados de longo prazo. Ambos os planos de opções de ações da Companhia são liquidados em patrimônio e não podem ser liquidados em dinheiro.

Em 2021, foram concedidos dois tipos de opções de compra de ações à alta administração da Companhia:

Date de outorga	Classe de ações	Condições para adquirir os direitos	Condição de aceleração	Período de exercício	Preço de exercício por ação	Valor justo da opção de compra	Total de ações concedidas
11 de junho de 2021	Classe "A" preferencial	De 01 a 05 anos de serviço, até 14 de abril de 2026. Aquisição anual, todos os anos (20%)	Reorganização onde a Superbac não é a empresa remanescente; Evento de liquidez ou IPO	Até 12 meses após a aquisição	30% do valor patrimonial da ação	45.009	4% do capital da empresa.
08 de novembro de 2021	Classe "B" preferencial	Ao final de 03 anos de serviço	Evento de liquidez, não incluindo IPO	Até 1 mês após a aquisição	R\$ 0,00012935	1.202	32.047
Total						46.211	

A Companhia mensurou o valor justo dos serviços recebidos como contraprestação por instrumentos patrimoniais da entidade indiretamente, por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos.

O valor justo de cada opção concedida foi estimado na data da outorga, conforme a seguir:

- O valor justo da opção de ações classe "A" foi estimado utilizando o Modelo de Precificação de Monte Carlo levando em consideração as seguintes entradas: (a) expectativa de dividendos de 0%, uma vez que não há expectativa de pagamento de dividendos durante o período de carência das opções (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 44,9%, e (c) taxa de juros livre de risco média ponderada de 7,4% a.a.
- O valor justo das opções de ações classe "B" foi estimado utilizando o modelo de precificação de opções "Black, Scholes e Merton" levando em consideração as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 0%, uma vez que não há expectativa de pagamento de dividendos durante o período de carência das opções (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 44,75%, e (c) taxa de juros livre de risco média ponderada de 12,2% a.a.

As despesas da operação baseada em ações são consideradas relacionadas a serviços a serem incorridos durante o período de aquisição e, portanto, são contabilizadas ao longo desse prazo na rubrica de despesas de pessoal, em contrapartida ao patrimônio líquido. Após a aquisição, o patrimônio não é baixado.

As ações em circulação e a respectiva despesa reconhecida no resultado em e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, respectivamente, foram as seguintes:

	Ações classe "A"	Ações classe "B"
Quantidade em 31 de dezembro de 2020	-	-
Concedidas	1.811.950	32.047
Exercidas	-	-
Canceladas	-	-
Quantidade em 31 de dezembro de 2021	1.811.950	32.047

	Despesas	Despesas
Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020	-	-
Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021	R\$ 21.991	R\$ 58

i) Ações preferenciais reembolsáveis

Foram emitidas 1.000 ações preferenciais resgatáveis, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, obrigatoriamente resgatáveis em caso de Evento de Liquidez ao preço de emissão de R\$ 97.350,45 por ação.

O valor total de R\$ 97.350 foi reconhecido como Passivo com Partes Relacionadas e alocado na conta Reserva de Capital, atualizado pela variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário e o valor total da despesa de R\$ 743 foi reconhecido em despesas financeiras.

21.2 Lucro líquido por ação (básico e diluído)

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico IAS 33 - Resultado por Ação.

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	(36.737)	37.647
Quantidade de ações	86.413.223	44.579.715
Lucro (prejuízo) por ação básico - R\$	(0,42)	0,84
Lucro (prejuízo) por ação diluído - R\$	(0,73)	0,84

22. Receita

	2021	2020
Faturamento bruto		
Vendas de produtos	785.046	376.707
Prestação de serviços	1.164	1.372
Valor presente	(31.594)	(20.696)
Faturamento bruto ajustado	754.616	357.383
Deduções de vendas:		
Impostos sobre vendas	(30.161)	(13.218)
Devoluções	(18.470)	(8.438)
Receita	705.985	335.727

23. Demonstrações dos custos e despesas por natureza

	2021	2020
Mercadorias	(475.444)	(201.908)
Despesa e custo com pessoal	(69.997)	(54.886)
Pagamento baseado em ação	(22.049)	-
Despesa e custo com serviços de terceiros	(28.451)	(36.440)
Despesa e custo com fretes	(39.725)	(24.446)
Despesa com comissão	(35.449)	(15.404)
Despesa e custo com manutenção	(14.008)	(13.079)
Depreciação e amortização	(12.942)	(11.470)
Despesas e custos de consumíveis	(19.710)	(4.769)
Despesas e custos de energia elétrica	(6.888)	(3.660)
Despesas e custos de viagem	(1.309)	(3.442)
Clientes não cobráveis	(5.810)	(8.296)
Amortização do direito de uso	(2.958)	(741)
Despesas e custos com veículos	(359)	(511)
Perdas de crédito esperadas	6.020	39.924
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(638)	62
Reversão de <i>earn-out</i> (i)	4.500	15.047
Outras despesas	(5.667)	2.134
Total	(730.884)	(321.885)

Classificados como:

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(561.708)	(263.376)
Despesas com vendas	(100.010)	(30.348)
Despesas gerais e administrativas	(69.166)	(28.161)
Total	(730.884)	(321.885)

- (i) A Companhia realizou a reversão parcial da provisão mantida para *earn-out* por não cumprimento de cláusulas de desempenho mencionadas em contrato, reduzindo assim a obrigação da Companhia junto a contraparte vendedora da Minorgan.

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	2021	2020
Ganho na alienação do investimento (i)	-	7.905
Valor justo da propriedade para investimento	5.213	28.543
Outras despesas	1.899	1.198
Total	7.112	37.646

- (i) Alienação do investimento da SARUP, onde a Companhia recebeu o montante de R\$ 12.095 pela venda do investimento, gerando um ganho reconhecido no resultado no montante de R\$ 7.905, considerando a baixa do investimento de R\$ 4.190.

25. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	2.226	1.369
Ajuste a valor presente	29.744	19.515
Juros recebidos	11.834	5.712
Juros incorridos em negociação com imóveis	-	10.475
Derivativos	5.862	2.616
Outras receitas financeiras	652	785
Total	50.318	40.472
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(27.020)	(19.103)
Juros passivos	(11.090)	(1.936)
Juros sobre passivo de arrendamento	(258)	(62)
Remuneração com fiadores	(329)	(329)
Despesas bancárias	(3.732)	(3.443)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1.777)	(1.650)
Descontos concedidos	(9.751)	(3.184)
Derivativos (perda)	(10.685)	(2.467)
Outras despesas financeiras	(647)	(290)
Total	(65.289)	(32.464)
Variação cambial		
Ganhos	3.797	3.336
Perdas	(12.032)	(12.198)
Variação cambial líquida	(8.235)	(8.862)
Total do resultado financeiro	(23.206)	(854)

26. Imposto de renda e contribuição social

a) Diferidos

As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	22.467	16.833	5.400
Decorrentes de diferenças temporárias:			
Provisão para perdas de créditos esperadas	10.396	12.448	26.108
Ajuste a valor presente	3.097	2.468	2.066
Provisão de contingências	477	655	536
Provisões diversas	4.676	573	708
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(11.477)	(9.705)	-
Decorrentes de diferenças temporárias:	29.636	(23.272)	34.818

Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020	Adição	Baixa	2021	Impacto no resultado
IR diferido ativo	23.272	13.898	(7.534)	29.636	6.364

	1º de janeiro de 2020	Adição	Baixa	2020	Impacto no resultado
IR diferido ativo	34.818	2.668	(14.214)	23.272	(11.546)

b) Período estimado de realização

A projeção de realização dos impostos diferidos ativos foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração que são baseadas em premissas significativas como o preço de venda médio líquido de Fertilizantes. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Companhia, como índices de inflação, câmbio, preços de matéria prima praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas no Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

2022	5.965
2023	8.563
2024	7.939
Total	22.467

c) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.993)	50.634
Alíquota nominal	34%	34%
Despesas com imposto de renda e contribuição social	13.938	(17.216)
Efeito das adições e exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Outras diferenças permanentes	(9.682)	4.229
Despesa de imposto de renda e contribuição social	4.256	(12.987)
Corrente	(2.108)	(1.441)
Diferido	6.364	(11.546)
Total	4.256	(12.987)
Alíquota efetiva	10,38%	25,65%

27. Instrumentos financeiros

A tabela a seguir mostra os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

As metodologias utilizadas pela Companhia para divulgar o valor justo foram as seguintes:

Instrumento Financeiro	Classificação	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Ativo financeiro				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	56.447	63.991	117.067
Aplicações financeiras	Custo amortizado	17.265	6.393	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	125.153	115.598	109.150
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	6.515	85.528	80.439
Total		205.380	271.510	306.656
Passivos financeiros				
Fornecedores	Custo amortizado	137.327	62.522	43.723
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	114.082	4.500	19.547
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	278.222	233.661	262.081
Instrumentos financeiros	Custo amortizado	2.499	1.197	114
Outras contas a pagar	Custo amortizado	16.587	1.068	2.697
Total		548.717	302.948	328.162

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulantes e não circulantes, contas a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos.

A Companhia executa operações financeiras exclusivamente para fins de proteção a exposição de variáveis financeiras, sendo a gestão destes instrumentos efetuados através de Políticas e controles internos.

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, de liquidez e de mercado, resultantes de instrumentos financeiros. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os controles são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos.

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. As perdas de crédito estimadas sobre os ativos financeiros reconhecidas no resultado foram evidenciadas na nota explicativa nº 23.

Contas a receber e outros recebíveis

O risco de crédito de contas a receber se deve a possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas e é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito por meio da obtenção de garantias junto aos clientes, sendo hipotecas, penhores, entre outros.

A Companhia constitui provisão para perdas de crédito esperadas quando se espera que a Companhia não consiga receber todos os valores devidos de acordo com os prazos dessas contas a receber, com base em análise de risco e levando em consideração o desempenho histórico dos clientes.

A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. Com base em dados históricos, é calculado o percentual de faturas emitidas que foram pagas em atraso ou nunca pagas. Usando uma análise prospectiva, uma provisão é reconhecida de acordo com o método simplificado permitido pela IFRS 9.

Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco.

Contratos de mútuo

Os contratos de mútuo são celebrados entre os acionistas e o Companhia e formalizados por meio de instrumento contratual. A Companhia entende que o risco de crédito é baixo por se tratar de operações junto aos controladores que possuem comprovada capacidade financeira para liquidar o saldo. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 7, Saldos e transações com partes relacionadas.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Caixa e equivalentes de caixa	56.447	63.991	117.067
Aplicações financeiras	17.265	6.393	-
Contas a receber	125.153	115.598	109.150
Contratos de mútuo	6.515	85.528	80.439
Outros créditos	4.222	5.103	5.057
Total	209.602	276.613	311.713
Circulante	185.563	183.990	231.274
Não circulante	24.039	92.623	80.439
Total	209.602	276.613	311.713

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o possível risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como Políticas, Comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está demonstrado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021	Valor Contábil	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses
Fornecedores	137.327	137.327	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.499	2.499	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	278.222	243.183	29.242	5.052	745
Total	418.048	383.009	29.242	5.052	745

Em 31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses
Fornecedores	62.522	62.522	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.197	1.197	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	233.661	132.905	64.729	32.171	3.856
Total	297.380	196.624	64.729	32.171	3.856

Em 1º de janeiro de 2020	Valor				Acima de 36 meses
	Contábil	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	
Fornecedores	43.723	43.723	-	-	-
Instrumentos Financeiros derivativos	486	486	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	262.081	166.086	48.050	28.051	19.894
Total	306.290	210.295	48.050	28.051	19.894

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia sejam antecipados ou em valores diferentes.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode ajustar ou rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, vender ativos ou emitir novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, fornecedores e outras contas a pagar, menos caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Empréstimos e financiamentos	278.222	233.661	262.081
Passivos de arrendamento	6.026	1.170	2.663
Fornecedores e outras contas a pagar	154.184	63.590	46.420
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(56.447)	(63.991)	(117.067)
(-) Aplicações financeiras	(17.265)	(6.393)	-
Dívida líquida	364.720	228.037	194.097
Patrimônio líquido	57.629	279.069	241.422
Capital total	422.349	507.106	435.519
Índice de alavancagem financeira	86,36%	44,47%	44,57%

Para atingir o objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar o cumprimento dos compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos que definem os requisitos de estrutura de capital.

Não foram feitas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros variáveis e o impacto em seu fluxo de caixa, em função de empréstimos e financiamentos, expostas a taxas de juros atreladas às suas dívidas, principalmente, à variação do CDI. A direção da Companhia monitora as flutuações dessas taxas regularmente.

Instrumentos de taxa variável	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Caixa e equivalentes de caixa	56.447	63.991	117.067
Aplicação financeira	17.265	6.393	-
Crédito com partes relacionadas	6.515	85.528	80.439
Empréstimos e financiamentos	(278.222)	(233.661)	(262.081)
Total	(197.995)	(77.749)	(64.575)

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia é remunerado pela CDI de 65% a 114,33%.

Análise de sensibilidade

A Companhia possui aplicações financeiras e passivos financeiros indexadas à variação da taxa CDI. Apresentamos a seguir uma análise de sensibilidade a eventuais mudanças na taxa de juros no patamar de 25% e 50% indicando um impacto na situação financeira da Companhia.

Instrumento de taxa variável	2021	Impacto no resultado e patrimônio líquido	
		Cenário I	Cenário II
		25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	56.447	1.183	2.366
Aplicação financeira	17.265	362	724
Crédito com partes relacionadas	6.515	137	273
Empréstimos e financiamentos	(237.821)	(3.549)	(10.245)
Total	(157.594)	(1.867)	(6.882)

Instrumento de taxa variável	2020	Impacto no resultado e patrimônio líquido	
		Cenário I	Cenário II
		25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	63.991	431	862
Aplicação financeira	6.393	43	86
Crédito com partes relacionadas	85.528	576	1.153
Empréstimos e financiamentos	(221.618)	(1.493)	(2.987)
Total	(65.706)	(443)	(886)

Risco de taxa de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US\$).

A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US\$) é demonstrada a seguir:

	2021	2020	1º de janeiro de 2020
Fornecedores estrangeiros	56.395	33.316	10.348
Empréstimos e financiamentos	40.401	12.043	24.714
Exposição líquida	96.796	45.359	35.062

Análise de sensibilidade da exposição cambial

Apresentamos a seguir uma análise de sensibilidade a eventuais mudanças na taxa de câmbio do dólar americano (USD) no patamar de 25% e 50% indicando um impacto na situação financeira da Companhia.

	2021	Impacto no resultado e patrimônio líquido	
		Cenário I	Cenário II
		25%	50%
Fornecedores estrangeiros	56.395	14.099	28.198
Empréstimos e financiamentos	40.401	10.100	20.201
Exposição líquida	96.796	24.199	48.399

	2020	Impacto no resultado e patrimônio líquido	
		Cenário I	Cenário II
		25%	50%
Fornecedores estrangeiros	33.316	8.319	16.658
Empréstimos e financiamentos	12.043	3.011	6.022
Exposição líquida	45.359	11.330	22.680

Operações com instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos visam proteger a Companhia da exposição cambial. A Companhia não detém ou emite instrumentos derivativos para fins especulativos.

A Companhia utiliza contratos de câmbio a termo para mitigar a exposição cambial decorrente de compras de matérias-primas em dólares norte-americanos. Esses contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados pelo valor justo e estão resumidos a seguir:

	2021	2020
Contratos NDF	2.499	1.196
Contratos SWAP		1
Passivos financeiros derivativos	2.499	1.197

A eficácia da cobertura é determinada no início da relação de cobertura e em cada final de período de relato através da avaliação dos itens cobertos e do instrumento de cobertura para determinar se ainda existe uma relação econômica entre os dois.

Os termos críticos dos *forwards* de moeda estrangeira contratados correspondem exatamente aos termos do item coberto. Assim, a relação econômica e a efetividade do *hedge* são baseadas em fatores qualitativos e no uso de um derivativo hipotético quando apropriado.

A ineficácia do *hedge* pode surgir quando os termos críticos da transação prevista não atendem mais aos do instrumento de *hedge*, por exemplo, se houver uma mudança no momento das transações de vendas previstas em relação ao que foi inicialmente estimado ou se o volume de moeda no *hedge* item ficou abaixo das expectativas, levando a *over-hedging*.

Os itens cobertos e o instrumento de cobertura são denominados na mesma moeda, pelo que o rácio de cobertura é sempre de um para um.

Todos os instrumentos financeiros derivativos utilizados para contabilização de *hedge* são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e reportados posteriormente pelo valor justo no balanço patrimonial consolidado.

Na medida em que o *hedge* seja efetivo, as variações no valor justo dos derivativos designados como instrumentos de *hedge* em *hedges* de fluxo de caixa são reconhecidas em outros resultados abrangentes e incluídas na reserva de *hedge* de fluxo de caixa no patrimônio líquido. Qualquer ineficácia na relação de *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado.

No momento em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, qualquer ganho ou perda anteriormente reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado do patrimônio líquido para o resultado e apresentado como um ajuste de reclassificação em outros resultados abrangentes.

Se uma transação prevista não for mais esperada, qualquer ganho ou perda relacionado reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para o resultado. Se a operação de *hedge* deixar de atender às condições de efetividade, a contabilidade do *hedge* é descontinuada, e o ganho ou perda relacionado é mantido na reserva de patrimônio até que a transação prevista ocorra.

Outros contratos de câmbio são considerados pela administração como parte de acordos de *hedge*, mas não foram formalmente designados.

As seguintes movimentações na reserva de *hedge* de fluxo de caixa referem-se ao risco cambial decorrente da compra de matéria-prima e financiamento de maquinário.

**Hedge de fluxo de
caixa**

Saldo em 1º de janeiro de 2021	-
Movimentação no valor justo do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em outros resultados abrangentes	(988)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(988)

Posição em 2021:

Operação	Data de vencimento	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM (BRL)
NDF	Junho de 2022	BRL	USD	Banco do Brasil	2.049	(351)
NDF	Julho de 2022	BRL	USD	Banco CCB	2.207	(36)
NDF	Março de 2022	BRL	USD	Banco Daycoval	2.284	(681)
NDF	Abril de 2022	BRL	USD	Banco Itaú	6.146	(443)
NDF	Fevereiro de 2022	BRL	EUR	Banco Itaú	9.458	(988)
Total					22.144	(2.499)

Posição em 2020:

Operação	Data de vencimento	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM (BRL)
NDF	Abril de 2021	BRL	USD	Banco do Brasil	1.310	(231)
NDF	Março de 2021	BRL	USD	Banco Itaú	1.191	(464)
NDF	Março de 2021	BRL	USD	Banco CCB	4.953	(501)
SWAP	Janeiro de 2021	PRÉ	CDI	Banco ABC	1.758	(1)
Total					9.212	(1.197)

28. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional representativo. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

29. Transações não-caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa e, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	2021	2020
<i>Hedge accounting</i>	(988)	-
Provisão de <i>earn-out</i>	99.716	-
Ações preferenciais resgatáveis	97.350	-
Total	196.078	-

30. Eventos subsequentes**Obrigações contratuais**

A controlada da Companhia obteve a autorização (*waiver*) para o não atendimento das obrigações contratuais constantes nas cláusulas de restrição financeira (*covenants*) da segunda emissão em 17 de março de 2022. Será cobrada uma taxa no valor total de R\$ 2.027.

As parcelas têm as seguintes datas de vencimento:

	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	11.202	14.300	17.875	21.450	64.827

Conflito entre a Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, teve início o conflito armado da Rússia e Ucrânia, o que pode resultar em impactos nas operações da Companhia, uma vez que a Companhia importa matéria-prima da Rússia, como o Potássio.

A Rússia é um importante exportador de matéria prima, mas nosso maior volume de importação não depende desse país. O risco ainda eminente é a redução da oferta de matéria-prima no mundo, o que pode se refletir em aumento de preços e em possíveis impactos cambiais. A Companhia já possui garantido um grande volume de estoque e vem trabalhando fortemente para garantir o volume necessário para a demanda das safras futuras, mantendo, assim, a rentabilidade para sua operação e, consequentemente, não gerando grandes impactos nas operações da Companhia.

Captação de recursos

Durante o ano de 2022, até a data da emissão desse relatório, a controlada Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A captou empréstimos no montante de R\$95.400 junto as seguintes instituições: Banco Itaú R\$ 41.000, Banco Money Plus R\$11.200, Banco Tricury R\$20.000, Banco XP R\$ 20.300 e Banco do Brasil R\$ 2.900. Esses valores foram captados com intuito de cobertura do capital de giro da companhia.

Combinação de negócios

No dia 25 de abril de 2022, a companhia celebrou um acordo de combinação de negócios com a XPAC Acquisition Corp., conforme detalhado na divulgação protocolada com a U.S.Securities and Exchange Commission naquela mesma data.

* * *